Editorial

Parece que foi ontem, mas a criação dos *Cadernos da Escola do Legislativo* aconteceu há 25 anos. Depois de 12 anos realizando a mesma atividade na Assembleia, já pensava em assumir novos desafios fora daqui. Foi quando soube pelo boletim interno que acabavam de criar uma escola na Assembleia: a Escola do Legislativo. *Fiat lux*! Não tive dúvidas e, mesmo sem conhecer pessoalmente seu diretor, o professor José Hipólito, solicitei uma entrevista e me apresentei. Fui recebido cordialmente, numa sala minúscula, onde ele e mais dois funcionários (esse era todo o corpo funcional da escola, à época) planejavam o funcionamento daquela novidade institucional, um pioneirismo nacional.

Ele me explicou que a ideia era criar um setor especializado e oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa legislativa, doutrinária e política às atividades do Poder Legislativo e constituir um repertório de informações para subsidiar a elaboração de projetos e demais proposições legislativas, bem como o processo legislativo e os controles interno e externo. O objetivo principal da escola era o de qualificar e preparar quadros técnicos e gerenciais para o suporte ao trabalho parlamentar. Era e continua sendo ambição da Escola constituir, por sua atuação, um centro de excelência, não apenas para tarefas de suporte imediato à atuação do Poder Legislativo, mas também, em sentido amplo, para subsidiar a eficácia jurídico-político-social do parlamentar, sempre alvo de críticas e questionamentos por parte de toda a sociedade brasileira. Em resumo,

eram exatamente essas as primeiras palavras do professor Hipólito, transcritas depois no primeiro editorial dos *Cadernos*.

Vibrei e imediatamente me ofereci para fazer parte de sua pequena equipe. Seríamos três coordenadores: o primeiro deveria pensar a capacitação geral de todos os funcionários da ALMG, o segundo, a capacitação de setores-chave, como a consultoria e a procuradoria, e o terceiro, eu, idealizaria programas especiais para os parlamentares, servidores e cidadãos em geral. O professor sorriu e me estendeu a mão. Estava dentro!

Refleti com o diretor da Escola do Legislativo que não poderíamos deixar aquele espaço se transformar numa "escolinha do professor Hipólito", como já se ouvia pelos corredores da Assembleia. Seria uma Escola do Legislativo "de verdade", "de excelência" e estaria inserida até o talo num amplo programa de modernização institucional, que já acontecia e acumulava êxitos respeitáveis, como a realização periódica de ciclos nacionais de debates (permitindo que os parlamentares se atualizassem sobre as grandes questões nacionais, a partir dos problemas de conjuntura); os seminários legislativos e de fóruns técnicos (que resultavam na elaboração de projetos de lei com a participação e colaboração de órgãos governamentais e de entidades representativas da sociedade civil) e as chamadas audiências públicas regionais, ocasião em que a Assembleia se deslocava para cidades do interior, a fim de ouvir da população e do poder público local as aspirações e reivindicações de cada região de Minas Gerais. Tudo isso costurado institucionalmente sob um imenso guarda-chuva chamado de "educação para a cidadania". Era um desafio e tanto e iria requerer uma verticalização nos conhecimentos.

Foi assim que o convenci de que era imprescindível a Escola do Legislativo fazer uma aproximação com a universidade e criar uma revista acadêmica para divulgação desses conhecimentos: os *Cadernos da Escola do Legislativo*. Com sua aprovação, convidamos dois amigos professores pensadores da UFMG (Newton Bignotto e Leonardo Avrizter) para trocarmos ideias.

Bons *insights* surgiram e desde sempre sou-lhes eternamente grato. Criamos um programa de palestras com professores de renome no meio intelectual (Pensando em Minas) e uma publicação de feições acadêmicas (*Cadernos da Escola do Legislativo*) como repositório natural dessas palestras. Nesta, estaria aberto espaço para novos e bons artigos que explicassem a complexificação do Estado e da sociedade e que familiarizassem o deputado, seus assessores, os servidores e os chamados leitores leigos com os textos fundamentais do pensamento político, com os clássicos da teoria política e com documentos históricos da Assembleia. Ao final da publicação, na última página, uma miscelânea de frases curtas e inteligentes, que instigassem o leitor a esperar a próxima edição.

O programa Pensando em Minas e os *Cadernos da Escola do Legislativo* são, hoje, os dois projetos mais longevos da Escola do Legislativo (existem há 24 anos!), exatamente porque criaram laços invisíveis entre parlamentares, servidores da Assembleia e o público em geral, que se interessavam por uma "educação para a cidadania" de qualidade. A partir daí fizemos convites para palestrantes e para os primeiros artigos, e posso citar de cabeça as honrosas presenças de Milton Santos, Roberto Romano, Alain Badiou, Newton Bignotto, Paulo Sérgio Pinheiro, Renato Janine, Raffaele de Giorgi, Jacob Rogozinski, Roberto Mangabeira Unger, Leonardo Avritzer, Claus Offe, Ulrice Beck, José Henrique Santos, Eugène Enriquez e Fábio Konder Comparato*, entre tantos outros pensadores de renome.*

Hoje, depois de ter passado a editoria dos *Cadernos* por vários colegas (a quem agradeço o empenho, como Ruth Schmitz, Leonardo Noronha, Paulo Roberto Magalhães, Isabel Cristina, Marcílio França, Luiz Carlos Moreira, Márcio Santos e, mais recentemente, Guilherme Ribeiro), acredito que a revista cumpre bem sua pretensão de ser uma publicação acadêmica... Nesses anos todos, cada qual tocou uma linha editorial diferente, mas manteve uma matriz: a busca pela qualidade dos artigos. Assim, sinto-me realizado e feliz em colocar a sobrevivência dos *Cadernos* nas mãos competentes de Marialice Emboava e Stefania Negri. Com certeza, irão tocar o barco com maestria.

Agora, uma breve apresentação do presente número 31.

Começaremos com um artigo cujo tema é recorrente em nossa publicação: o conceito de cidadania e de democracia na atualidade e seus desafios. Quem trata desse assunto, com base em fenômenos como a globalização, o neoliberalismo e a violação de direitos por parte dos governos nacionais, é a professora **Karina Junqueira**.

O segundo artigo trata da (des)continuidade administrativa em períodos eleitorais. Os autores **Daniel Henrique da Cunha Campos**, **Leonardo Carvalho Ladeira** e **Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues**, utilizando os dados do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), refutam o senso comum que aponta tal descontinuidade como uma prática recorrente dentro do serviço público brasileiro e demonstram que há traços fortes de continuidade.

A redução da maioridade penal no Brasil é assunto que vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade e não poderia ficar fora de nossa publicação. **Isadora Pereira Castro Tolentino e Priscilla Santana Silva** discutem trechos das leis que tratam do tema na Constituição de 88, no Estatuto da Criança e Adolescente e no Código Penal.

Os professores **Dorival Guimarães Pereira Júnior** e **Fernando Luis de Assis Oliveira Barbosa** analisam o processo de internalização da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, verificando os impactos da incorporação desse tratado ao ordenamento brasileiro com *status* de Emenda Constitucional.

Analisar as ações e estratégias do conjunto de organizações reunidas sob o nome de Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi o que se propuseram **Antônio Carlos Andrade Ribeiro, Vilmar Klemann** e **Mayra Thaís Andrade Ribeiro**, que no artigo, chegaram a conclusão de que estratégias midiáticas e a interação entre agentes de diferentes dimensões são fundamentais para a concretização da *accountability* social.

Por fim, um artigo que procura oferecer uma "fotografia" da destinação de repasses de convênios entre as prefeituras mineiras, de 2007 a 2015, executados no âmbito da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese). Nessa pesquisa de campo, os professores **Ana Paula Karruz** e **Luiz Eduardo Coelho Vidigal Martins** apontam que os resultados indicam que municípios com maior demanda por assistência social tendem a firmar menos convênios e que quanto maior o porte do município, maior o número médio de convênios por município.

Boa leitura!

Luiz Fernandes de Assis